



Estratégia
Carreira Jurídica

1º SIMULADO **DELEGADO DA** **PC RJ**

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PC-RJ;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa dos editais dos últimos concursos.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil dos concursos da Polícia Civil do Rio de Janeiro.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-PC-RJ-Delegado-22-02-20>



Cartão de Respostas									
1		21		41		61		81	
2		22		42		62		82	
3		23		43		63		83	
4		24		44		64		84	
5		25		45		65		85	
6		26		46		66		86	
7		27		47		67		87	
8		28		48		68		88	
9		29		49		69		89	
10		30		50		70		90	
11		31		51		71		91	
12		32		52		72		92	
13		33		53		73		93	
14		34		54		74		94	
15		35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	

PROVA OBJETIVA**DIREITO PENAL**

01. José, maior e capaz, utilizando de um taco de beisebol, intimida a vítima Marina para que assim consiga levar seu celular. Diante destes fatos marque a alternativa correta:

- a) comete roubo simples;
- b) comete roubo majorado pelo uso de arma branca;
- c) comete roubo qualificado
- d) comete extorsão
- e) comete roubo majorado com pena aumentada de 2/3

02. Nos termos do art. 122 do Código Penal, assinale a alternativa incorreta:

- a) o agente tenta induzir ou instigar a vítima, mas esta não se sente efetivamente estimulada: há o crime na forma tentada
- b) o agente induz, instiga ou auxilia a vítima a se matar, mas a vítima, embora estimulada, não morre: art. 122, caput, na forma tentada.
- c) o agente induz, instiga ou auxilia a vítima à automutilação e essa efetivamente ocorre, mas a lesão corporal é leve: art. 122, caput, na forma consumada.
- d) o agente induz, instiga ou auxilia a vítima a se matar ou à automutilação e a vítima sofre lesão corporal grave (ou gravíssima): art. 122, § 1º (forma qualificada).
- e) o agente induz, instiga ou auxilia a vítima a se matar ou à automutilação e a vítima morre: art. 122, § 2º (forma qualificada).

03. Lucas, após abordagem policial que lhe imputava um crime de menor potencial ofensivo assinou Termo de Declarações se apresentando como policial licenciado. Após, descobriu-se que na verdade ele mentiu sobre este fato. Você como Delegado de Polícia recebe um relatório para tratar exclusivamente deste fato. Acerca disto, marque a alternativa correta:

- a) Indicia o autor pelo crime de falsidade ideológica
- b) Arquiva o feito por atipicidade.
- c) Indicia o autor pelo crime de falsificação de documento público.
- d) Indicia o autor pelo crime de falsificação de documento particular.
- e) Sugere o arquivamento pela atipicidade

04. Assinale a alternativa incorreta quanto aos crimes contra o patrimônio

- a) o furto praticado entre irmãos onde o lesado conte com 59 anos é de ação penal pública condicionada a representação;
- b) o furto praticado entre irmãos onde o lesado conte com 70 anos é de ação penal pública incondicionada;
- c) o estelionato praticado entre irmãos onde o lesado conte com 61 anos é de ação penal pública condicionada a representação;
- d) o estelionato praticado entre irmãos onde o lesado conte com 70 anos é de ação penal pública condicionada a representação;
- e) o estelionato praticado entre irmãos onde o lesado conte com 71 anos é de ação penal pública incondicionada;

05. Acerca do Princípio da Insignificância, marque a alternativa correta:

- a) Trata-se de princípio que possui apenas requisitos objetivos,
- b) Encontra-se mencionado no Código de Processo Penal
- c) Embora não previsto expressamente no texto legal, o Princípio da insignificância é reconhecido pela doutrina e jurisprudência.
- d) O STJ entende que a sua aplicação nos crimes tributário é cabível tão somente quando for inferior a R\$ 10.000,00
- e) Não é possível sua aplicação no caso de reincidência.

06. João vinha ziguezagueando pela via pública em sua motocicleta, ocasião em que a Polícia Militar decidiu pela abordagem. Os agentes públicos, então, determinaram ao condutor a apresentação dos documentos de habilitação e do veículo. João então disse que não os apresentaria, razão pelo qual um dos policiais disse que o conduziria a Delegacia em razão da prática de crime. Diante unicamente dos fatos narrados, sem adicionar nenhum elemento, assinale a alternativa correta:

- a) João cometeu o crime do CTB;
- b) João cometeu o crime de desobediência;
- c) João cometeu o crime de desacato;
- d) João não cometeu crime e sim mera infração administrativa;
- e) João não cometeu crime pois se resguarda no direito de não auto incriminação.

07. Ícaro, criador de cavalos, injetou em seu animal substância capaz de aumentar os seus desempenhos físicos em uma corrida. Em razão de tal, na corrida dentro do hipódromo onde corriam apostas, seu cavalo alcançou todos os prêmios, embora não fosse o mais apostado. Neste caso:

- a) Ícaro praticou crime de fraude;
- b) O doping é elemento caracterizador do crime de estelionato
- c) Ícaro não cometeu crime contra o patrimônio mas sim contra a fé pública;
- d) Ícaro não praticou crime
- e) Ícaro praticou contravenção

08. Funcionários da concessionária de energia elétrica iniciaram uma operação para refrear o furto de energia em uma comunidade. Imóveis da comunidade ligavam a rede doméstica diretamente a rede pública, sem que a energia consumida passasse por um medidor de consumo. Enquanto realizavam a normalização dos clientes, um dos funcionários recebeu uma ligação de um indivíduo que disse que se a normalização prosseguisse a 'coisa ia ficar feia' e

que 'medidas de morte' poderiam ser tomadas. Neste caso ocorreu:

- a) Crime de furto de Energia e Ameaça
- b) Crime de Estelionato e Ameaça
- c) Crime de roubo
- d) Crime de Extorsão
- e) Crime de Ameaça

09. Luiz procura a Delegacia para irresignar-se pelo tratamento dispensado ao nicho onde repousam os restos mortais de sua avó no cemitério de Niterói. De acordo com o noticiante, o cemitério foi negligente na conservação do ossário para onde fora traslado os ossos da falecida após o sepultamento, o que determinou a exposição dos restos mortais. Você como Delegado, despachará corretamente no seguinte sentido:

- a) pela ocorrência de fato atípico não instaurando sequer Inquérito Policial;
- b) pela ocorrência indubitável do crime de violação de sepultura confeccionando-se a Portaria;
- c) pela instauração de Procedimento de Verificação de Procedência para a prática de crime de Vilipêndio a Cadáver;
- d) pela instauração de Procedimento de Verificação de Procedência para a prática de crime de destruição de Cadáver;
- e) pela instauração de Procedimento de Verificação de Procedência para a prática de violação de sepultura;

10. Maria procura a Delegacia de Polícia para noticiar que durante uma discussão via WhatsApp com sua amiga Fernanda, esta última chamou-a de 'sua ridícula' e mandou-a "tnc" conforme juntou nos autos. Neste caso:

- a) Ocorrera os crimes de injúria e difamação;
- b) Ocorreu um crime de injúria
- c) Ocorrera crimes de injúria
- d) Não ocorreu crime
- e) Ocorrera crimes de difamação

11. B. de 12 anos, foi dormir na casa de sua prima Isa. No quarto por ela ocupado, havia m colchão de casal no qual se deitaram Isa, seu marido Wil e colado ao colchão de casal, um colchão de solteiro onde se deitou B. Durante a noite, B sentiu Wil acariciar suas nádegas por duas vezes, na segunda vez começou a chorar e Wil parou imediatamente. Neste caso:

- a) houve crime de estupro
- b) houve crime de estupro de vulnerável
- c) houve crime de importunação sexual
- d) houve contravenção de importunação ofensiva ao pudor
- e) em razão da desistência voluntária houve crime de corrupção de menores

12. Ferri colocou um anúncio em site de vendas. Ocorre que Pedro, se passando por funcionário daquele site, pediu que ele verificasse a conta transmitindo um código. Em posse deste código, Pedro consegue acesso ao Whatsapp de Ferri, começa a se passar por ele e solicita aos contatos depósitos em dinheiro de conta corrente. Assinale a alternativa correta:

- a) temos o crime de estelionato e invasão de dispositivo informático
- b) temos o crime de estelionato apenas.
- c) temos o crime de furto mediante fraude apenas.
- d) temos o crime de furto mediante fraude e invasão de dispositivo informático
- e) não há crime

13. Após chegar a Copacabana em viagem de turismo, ao saber que o quarto que alugara no hotel ainda não estava liberado, X deixa sua mala aos cuidados do gerente e vai passear pela cidade. Ao retornar, descobre que o gerente se apossou de um aparelho telefônico que estava dentro da mala, a qual não era protegida por cadeado. Neste caso:

- A) há crime de apropriação indébita simples
- b) há crime de apropriação indébita majorada
- c) há crime de furto simples

- d) há crime de furto qualificado
- e) há crime contra o consumidor

14. Uma unidade de carga acoplada a um veículo de passeio (reboque), ao trafegar pela BR-116 perdeu uma de suas rodas. A PRF esteve no local do acidente e constatou que havia divergência entre a placa do reboque e o veículo ao qual estava acoplado, constatando-se que a placa do reboque estava adulterada pelo uso de uma fita isolante. Neste caso:

- a) o uso de fita isolante para alterar a placa de um veículo por ser muito amadora configura estelionato
- b) o fato é atípico por se tratar de reboque
- c) o uso de fita isolante para alterar a placa do reboque constitui crime de adulteração de sinal identificador de veículo;
- d) em razão de ser utilizada mera fita isolante não há crime
- e) adulteração de sinal identificador é crime permanente

15. Liz, em razão do mau comportamento da filha no seio escolar usou um cinto para castigar a filha golpeando-a nas nádegas o que causou-lhe lesões conforme exame de corpo de delito acostado nos autos. A mãe confessa os fatos, informando que excedeu-se no castigo da filha. No evento é notória a presença do animus corrigendi vel disciplinandi. Com base nisto responda como Delegado de Polícia, no relatório final do Inquérito o posicionamento correto:

- a) Tendo em vista a presença do ânimo de corrigir, a mãe não cometeu crime
- b) A mãe, embora querendo corrigir, aplicou castigo desproporcional incidindo no crime do art. 136 CP
- c) A mãe, embora querendo corrigir, aplicou castigo ilegítimo incidindo no crime do art. 129 par. 9
- d) Tendo em vista a presença do ânimo de corrigir o caso não estará na estreita da Lei 13.010/14 (lei da palmada)
- e) Trata-se de exercício regular de direito

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL

16. Segundo o que dispõe a legislação nacional acerca dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990), marque a alternativa incorreta:

- a) Roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo (art. 157, § 2º-A, inciso I) ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito (art. 157, § 2º-B) é considerado crime hediondo;
- b) Furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum (art. 155, § 4º-A), passou a integrar o rol de crimes hediondos;
- c) O crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido e o crime de comércio ilegal de armas de fogo são considerados crimes hediondos, após mudanças legais, porém, o crime de tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição continuou sendo um crime não hediondo;
- d) Após atualizações, o crime de organização criminosa, quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado tornou-se hediondo;
- e) Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de anistia, graça, indulto e fiança.

17. A “transação penal”, prevista no art. 76, parágrafo 2º da Lei nº 9.099/95, é um instituto despenalizador, assinale a alternativa correta:

- a) A transação penal trata-se de um direito público subjetivo do autor do fato, assim, na ausência de proposta do Ministério Público, poderá o juiz criminal fazê-lo.
- b) Caso não seja cumprido o acordo homologado, se fara a coisa julgada material, devendo o Ministério Público executar referido acordo no juízo de execução.

c) Caso haja a homologação do acordo de transação civil no crime de lesão corporal leve (art. 129, caput, do CP), referido ato, não impede a posterior proposta de transação penal.

d) No crime de porte de entorpecente para consumo pessoal, é vedado ao Ministério Público propor a aplicação imediata de sanção prevista no art. 28 da Lei nº 11.343/06.

e) No crime de lesão corporal leve decorrente de violência doméstica contra a mulher, não é possível o oferecimento da proposta de transação penal pelo Ministério Público.

18. Considerando a Lei nº 10.826/2003, que dispõe sobre o registro, a posse e a comercialização de armas de fogo e munição, e os atuais entendimentos dos nossos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- a) Em um mesmo contexto fático é possível à aplicação do princípio da consunção no caso de haver apreensão de armas de fogo de uso permitido e munições de uso restrito.
- b) A configuração do tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição, é necessária a comprovação da internacionalidade da ação, respondendo o autor, nos moldes da lei de crimes hediondos.
- c) O delito de porte ilegal de arma de fogo, acessório ou munição foi abrangido pela abolição criminis temporária prevista na referida lei.
- d) A absoluta inaptidão de arma de fogo para efetuar disparos, comprovada por laudo pericial, não é excludente de tipicidade, em razão do bem jurídico protegido ser a paz social.
- e) O individuo que quiser adquirir arma de fogo de uso permitido deverá comprovar capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, não sendo necessária a apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa.

19. A respeito da Lei no 9.455/1997 (Lei da Tortura), assinale a alternativa incorreta.

- a) Em qualquer situação o condenado por crime de tortura iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.
- b) A lei de tortura aplica-se quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.
- c) Aumenta-se a pena de um sexto até um terço se o crime é cometido por agente público.
- d) A tortura confissão é aquela fundamentada no ato de constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa,
- e) O agente público condenado por crime de tortura perderá o cargo, função ou emprego público e sofrerá interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

20. De acordo com a Lei nº 11.343/2006 e com a sua interpretação pelo Tribunais Superiores, marque a alternativa incorreta:

- a) Não se considera hediondo ou equiparado, para os fins deste artigo, o crime de tráfico de drogas previsto no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, conhecido também, como “tráfico privilegiado”.
- b) É considerado tráfico de drogas vende ou entrega drogas ou matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente.
- c) A destruição das drogas será executada pelo escrivão de polícia no prazo de 90 dias na presença do Delegado de Polícia e da autoridade sanitária.

d) A proibição prevista na Lei de Drogas de substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, no tráfico privilegiado, fora declarada inconstitucional pelo STF.

e) A incidência da majorante prevista no art. 40, V, da Lei nº 11.343/2006, não faz-se necessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados da federação.

21. Conforme dispõe a Lei Maria da Penha, assinale a alternativa correta:

- a) Aquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial a mulher, fica obrigado a ressarcir todos os danos causados, os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar.
- b) Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar é vedado o agressor ser imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca.
- c) Será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada para tal finalidade, nas ações penais públicas incondicionadas à representação da ofendida.
- d) O delito de descumprimento de medida protetiva de urgência constitui crime que não admite a concessão de fiança.
- e) As medidas protetivas de urgência requeridas e, decretadas pelo juiz, poderá determinar a proibição de contato e aproximação com a vítima, mas não a suspensão de posse regular de arma de fogo.

22. No que tange a interceptação das comunicações telefônicas e a disposições relativas a esse meio de prova, previstas na Lei n.º 9.296/1996, assinale a opção correta.

a) Interceptação das comunicações telefônicas e a quebra de sigilo de dados telefônicos, possuem o mesmo significado, uma vez que a última (quebra de sigilo de dados telefônicos) diz respeito a algo que está acontecendo.

b) A captação ambiental poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias, renovável por decisão judicial por iguais períodos, se comprovada a indispensabilidade do meio de prova e quando presente atividade criminal permanente, habitual ou continuada

c) Poderá ser autorizada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes e houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos ou em infrações penais conexas.

d) A interceptação de comunicações telefônicas poderá ser decretada pela autoridade policial em infração penal punida com pena de reclusão.

e) É admissível a interceptação de prospecção no Brasil.

23. Tendo em conta a Lei das Organizações Criminosas, assinale a alternativa incorreta.

a) O condenado sentenciado por integrar organização criminosa ou por crime praticado por meio de organização criminosa não poderá progredir de regime de cumprimento de pena ou obter livramento condicional ou outros benefícios prisionais se houver elementos probatórios que indiquem a manutenção do vínculo associativo

b) O acordo de colaboração premiada é negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos.

c) No acordo de colaboração premiada, o colaborador não necessariamente deve narrar todos os fatos ilícitos para os quais concorreu e que tenham relação direta com os fatos investigados, apenas devendo revelar a estrutura hierárquica da organização criminosa.

d) O juiz poderá recusar a homologação da proposta que não atender aos requisitos legais, devolvendo-a às partes para as adequações necessárias.

e) A infiltração será autorizada pelo prazo de até 6 (seis) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, mediante ordem judicial fundamentada e desde que o total não exceda a 720 (setecentos e vinte) dias e seja comprovada sua necessidade.

24. Sobre as questões processuais previstas na Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem de dinheiro, é correto afirmar:

a) A fase da lavagem de capitais em que são realizados diversos negócios e movimentações financeiras, a fim de impedir o rastreamento e encobrir a origem ilícita dos valores é denominada pela doutrina de ocultação.

b) O processo e julgamento dos crimes de lavagem de dinheiro são de competência exclusiva da Justiça Federal.

c) O processo e julgamento dos crimes “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores independem do julgamento da infração penal antecedente.

d) O Brasil encontra-se na segunda geração da lavagem, ou seja, somente constitui o crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores se o valor em pecúnia envolvido tiver decorrido de um dos crimes referidos no rol exaustivo da Lei nº 9.613/1998.

e) Para a configuração do crime de lavagem de dinheiro, pressupõe a demonstração da autoria e materialidade da infração penal anterior.

25. Sobre a nova lei de abuso de autoridade, LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019, marque a alternativa incorreta:

- a) Um dos efeitos da condenação por abuso de autoridade é a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos.
- b) As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.
- c) É crime deixar de comunicar a prisão em flagrante de qualquer pessoal à autoridade judiciária no prazo legal.
- d) Constitui uma conduta criminosa manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento.
- e) É típica a conduta de submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno, salvo se capturado em flagrante delito ou se ele, devidamente assistido, consentir em prestar declarações.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

26. Assinale a alternativa que contém afirmação correta sobre a prisão preventiva nos termos das alterações promovidas pela Lei 13.964/2019.

- a) Uma vez decretada a prisão preventiva e, posteriormente, revogada em razão da cessação dos motivos que a ensejaram, não poderá o juiz decretá-la novamente antes do decurso do prazo de 90 (noventa dias).
- b) O juiz pode fundamentar a decisão que decreta a preventiva invocando precedente ou enunciado de súmula, desde que identifique os fundamentos determinantes e as razões que demonstrem que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos.
- c) Não cabe a decretação de prisão preventiva para garantir execução de medida protetiva de urgência quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra criança.
- d) Ainda que exista dúvida acerca da identidade civil da pessoa, ou quando ela não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, não

caberá a decretação da preventiva sem que exista a presença concomitante de todos os requisitos do *caput* do art. 312 do CPP.

e) A decisão que denega a prisão preventiva não precisa ser fundamentada.

27. Assinale a alternativa correta quanto à fiança, segundo o Código de Processo Penal:

- a) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 (dois) anos.
- b) O valor depositado a título de fiança servirá, caso seja o acusado condenado, apenas ao pagamento das custas processuais.
- c) A autoridade policial poderá aumentar, reduzir ou dispensar a fiança, se assim recomendar a situação econômica do acusado.
- d) A fiança poderá ser prestada a qualquer momento do processo, desde que antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- e) O quebramento injustificado da fiança importará na perda da totalidade do seu valor.

28. Assinale a alternativa correta:

- a) Como a gestão da prova é incumbência das partes, hoje, de acordo com a lei, não é mais possível ao juiz indeferir diligências e provas requeridas pelas partes.
- b) As infrações penais de menor potencial ofensivo poderão se sujeitar a rito sumário no juízo comum quando o autor do fato estiver em local desconhecido.
- c) A absolvição sumária deve ocorrer antes do recebimento da denúncia.
- d) A rejeição da denúncia por inépcia reflete uma decisão de mérito, que faz coisa julgada material.
- e) A gestão da prova, no processo penal acusatório, é essencialmente do juiz que, sempre que possível, deve tomar a iniciativa na produção delas.

29. No que se refere aos procedimentos previstos no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

a) No procedimento sumário, poderão a acusação e a defesa arrolarem até o máximo de 5 (cinco) testemunhas cada.

b) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, deverá o magistrado determinar a citação do acusado para comparecer à audiência de instrução para interrogatório.

c) O princípio da 'identidade física do juiz' carece de previsão expressa no CPP, sendo, em verdade, uma construção jurisprudencial.

d) A suspensão condicional do processo é instituto despenalizador aplicável apenas às infrações abrangidas pela Lei dos Juizados Especiais.

e) Em caso de concurso material de crimes, para efeito de se eleger o procedimento, não se deve operar a soma das penas; ao contrário, deve ser verificada apenas a pena máxima do crime mais grave.

30. A respeito das disposições do Código de Processo Penal, marque a alternativa correta.

a) Temos no CPP três espécies de procedimento comum: ordinário, sumário e do júri.

b) A competência constitucional do Tribunal do Júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.

c) Salvo disposição legal em contrário, os processos adotarão o rito comum.

d) Segundo o entendimento do STJ, constitui nulidade absoluta a ausência de intimação para apresentação de resposta preliminar, nos casos de ações penais referentes a crimes praticados por funcionários públicos contra a administração pública, instruídas por inquérito policial.

e) Quando for conveniente à instrução criminal, em crimes graves, o réu pode ser submetido compulsoriamente a procedimento invasivo de prova, estando compelido a colaborar.

31. A respeito da teoria geral das provas no processo penal, é correto afirmar:

a) quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado;

b) o juiz estará adstrito ao laudo elaborado pelos peritos, não podendo decidir contrariamente ao resultado da perícia;

c) o juiz só poderá determinar a produção antecipada de provas urgentes e relevantes após iniciada a ação penal;

d) são inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras;

e) na falta de perito oficial, o exame será realizado por 3 (três) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

32. Considerando as disposições legais e entendimentos dos tribunais superiores acerca do Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

a) O não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri, intimadas regularmente acusação e defesa, gera nulidade absoluta, conforme já decidiu o STF.

b) O desaforamento é admitido por interesse da ordem pública, em razão de dúvida sobre a imparcialidade do júri, em razão de dúvida sobre a segurança pessoal do réu e não realização de julgamento, no período de um ano a contar da preclusão da pronúncia, em virtude de comprovado excesso de serviço.

c) Durante o julgamento não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de três dias úteis, dando-se ciência à outra parte, salvo a leitura de jornais ou quaisquer outros escritos que versem sobre a matéria de fato submetida a julgamento.

d) O jurado, por não ser magistrado de carreira, não poderá ser responsabilizado criminalmente nos mesmos termos em que são os juízes togados.

e) Tratando-se de processos de competência do tribunal do júri, deve ser anulada a sentença de absolvição sumária imprópria de acusado fundamentada na demonstração de sua inimputabilidade quando, além desta, houver outras teses defensivas sustentadas por sua defesa.

33. Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta:

a) a perempção pode atingir tanto as ações penais de iniciativa privada quanto as ações penais públicas condicionadas à representação;

b) o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, inclusive aos que o recusarem;

c) o Ministério Público pode desistir da ação penal;

d) a renúncia ao direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá;

e) por constituir elemento indispensável, deverá ser rejeitada a denúncia que não apresentar rol de testemunhas.

34. A respeito da “teoria geral dos recursos”, assinale a alternativa correta:

a) Não viola o princípio que veda a *reformatio in pejus* a correção pelo tribunal, *ex officio*, de erro material na dosimetria de pena constatada por ocasião de recurso exclusivo da defesa, sendo perfeitamente possível a elevação do *quantum* da reprimenda.

b) Pelo princípio da “fungibilidade recursal”, a interposição da espécie de recurso incorreta ao caso não prejudicará a parte, independentemente da verificação de má-fé.

c) O Ministério Público poderá desistir de recurso por ele interposto.

d) De acordo com o CPP, não há exceção à voluntariedade no exercício do direito de recurso.

e) No concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos demais.

35. Com base nos dispositivos do Código de Processo Penal, no caso de o Delegado de Polícia ser ‘amigo íntimo’ ou inimigo de investigado em IP, deverá a autoridade policial declarar-se:

a) incapaz de atuar na investigação.

b) suspeita.

c) relativamente incompetente.

d) impedida.

e) absolutamente incompetente.

36. Quanto à reprodução simulada, também denominada de reconstituição do crime, assinale a opção correta:

a) a ausência do indiciado poderá ocorrer por sua vontade, mas esse fato induzirá prova contra si.

b) a participação do indiciado será obrigatória caso haja prova da materialidade e indícios de autoria.

c) a participação do indiciado é obrigatória para que o ato seja considerado válido.

d) a participação do indiciado é facultada pela sua vontade.

e) A reprodução simulada é providência também denominada de ‘levantamento do local do fato’.

37. Assinale a alternativa que aduz o entendimento dos Tribunais Superiores.

- a) A não inclusão de eventuais suspeitos na queixa-crime pelo querelante não configura, por si só, renúncia tácita ao direito de queixa.
- b) Se durante uma interceptação telefônica, ainda que regularmente decretada pela autoridade judicial e realizada conforme os ditames legais e constitucionais, as autoridades que tomarem ciência da prática de outro crime que não estava sendo investigado deverão desentranhar dos autos por se tratar de prova ilícita.
- c) O processo penal poderá ser anulado a pedido do interessado se for verificado que o Delegado de Polícia era suspeito para proceder às investigações no curso de determinado inquérito policial.
- d) É possível a concessão de mandado de segurança impetrado pela vítima para evitar arquivamento de inquérito policial requerido pelo Ministério Público, conforme entendimento do STJ.
- e) A ação penal poderá ser instaurada com base exclusivamente em delação anônima, assim como ela pode ser base para a interceptação telefônica ou a busca e apreensão.

38. Assinale a alternativa que corretamente represente o entendimento sumulado do STF a respeito das nulidades processuais:

- a) É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.
- b) É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.
- c) É válida a citação por edital de réu preso na mesma unidade da Federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.
- d) A nomeação de defensor dativo supre a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia.

e) É relativa a nulidade decorrente da falta de quesito obrigatório no julgamento pelo Júri.

39. Marque a alternativa incorreta no que se refere à instauração de inquérito policial nos crimes de ação penal pública.

- a) Nos crimes de ação penal pública o inquérito policial não poderá ser instaurado sem requerimento do Ministério Público, detentor do direito de ação.
- b) O inciso II do artigo 5º do CPP prevê a possibilidade de o ofendido, ou quem tenha qualidade para representa-lo, requerer a instauração de inquérito policial. Nesse caso, caso haja indeferimento do pedido de abertura do IP, cabe recurso para o chefe de polícia.
- c) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.
- d) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- e) O requerimento do ofendido ou de quem tenha capacidade para representa-lo deve conter, sempre que possível, a nomeação das testemunhas, com indicação de sua profissão e residência.

40. Quanto ao IP, com base no Código de Processo Penal, na doutrina e na jurisprudência pátrias, julgue os itens adiante e assinale a alternativa correta.

- a) Diante do caráter administrativo do inquérito policial, o indiciado não pode requerer perícias complexas durante a tramitação do IP.
- b) O arquivamento implícito do inquérito policial é o arquivamento promovido pelo Procurador-Geral de Justiça, após a remessa dos autos pelo juiz de direito que discorda do pedido de arquivamento requerido pelo órgão do Ministério Público em primeiro grau.

c) Se o crime apurado for de ação penal privada, a instauração de inquérito policial não interrompe o prazo para oferecimento da queixa-crime.

d) No caso de inquérito policial que apure a prática de crimes praticados por organizações criminosas, ainda que os investigados tenham apresentado identificação civil, é obrigatória a realização de identificação datiloscópica.

e) Há entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta o seu impedimento para oferecimento da denúncia.

DIREITO ADMINISTRATIVO

41. No âmbito de direito administrativo, a legislação prevê a possibilidade de o Poder Público conceder, autorizar e/ou permitir o exercício de atividades pelo particular. Os itens seguintes se referem à autorização e à concessão administrativa.

I – Pode ser revogada a qualquer momento;

II – Garante maior segurança jurídica ao particular que a recebe;

III – Está garantida pelo equilíbrio econômico financeiro do contrato;

IV – Decorre de menor interesse público;

V – Tem natureza precária;

VI – Está sujeita a indenização se encerrada antes do período contratado;

Assinale a alternativa correta:

a) As afirmações I, II e VI tratam da concessão administrativa e as demais da autorização administrativa;

b) As afirmações I, II e VI se referem à autorização administrativa enquanto as demais se referem à concessão administrativa;

c) Todas as afirmações tratam da autorização administrativa;

d) As afirmações I, IV e V se referem à autorização administrativa;

e) Todas as afirmações tratam da concessão administrativa;

42. Em relação ao tema das nulidades dos atos administrativos, a doutrina majoritária no Brasil consolidou o entendimento decorrente da teoria dos motivos determinantes. À luz desta teoria, marque a alternativa INCORRETA.

a) Na exoneração de cargos de livre nomeação não é necessária, para a validade do ato, a enunciação dos motivos de fato pelo administrador.

b) Os elementos do ato administrativo são: a competência, a forma, a finalidade, o objeto e a motivação.

c) A exoneração ad nutum não necessita de explicitação do motivo para sua validade; todavia, se o administrador, por faculdade, declarar o motivo, esse fato passará a ser determinante para a configuração lícita do ato administrativo exoneratório.

d) A existência real de um motivo de fato alegado para a realização de ato administrativo vincula o administrador, sendo um pressuposto de validade deste mesmo ato.

e) Se um ato administrativo é realizado com motivo de fato inexistente, mesmo que exista motivação, ele é considerado ilícito com base na teoria dos motivos determinantes.

43. Levando em consideração a responsabilidade civil do Estado é INCORRETO afirmar que:

a) Na ação de indenização ajuizada pelo terceiro lesado, não é cabível o litisconsórcio passivo entre o Estado e o agente público causador do dano.

b) O direito de regresso contra o servidor público é assegurado nos casos de dolo ou culpa.

c) A ação de regresso deve demonstrar o nexo causal da ação do agente público e o dano causado.

d) O Estado responde de forma objetiva pelas suas omissões quando tinha o dever legal específico de agir para impedir o dano.

e) O prazo prescricional para propositura de ação de responsabilidade civil contra o Estado é de 3 (três) anos.

44. Sobre o poder de polícia, assinale a alternativa cujos conceitos estão relacionados de forma correta.

- a) A discricionariedade e a autoexecutoriedade fazem parte da Administração Pública como um todo, exceto no que tange ao Poder de Polícia.
- b) A Administração Pública Direta detém o poder de polícia delegado, por sua vez originado pela Constituinte, e ambos são caracterizados pela coercibilidade.
- c) O poder de polícia não é caracterizado pela coercibilidade.
- d) A Administração Pública Direta detém o poder de polícia originário e a Administração Pública Indireta detém o poder de polícia delegado.
- e) O poder de polícia é exercido única e exclusivamente por aqueles que assim o detém, isto é, polícias militares, judiciárias e demais guardas e vigias relacionados à Administração Pública Direta.

45. De acordo com a Lei nº 5.427/09, que trata do processo administrativo estadual, julgue os próximos itens.

I - Nos processos regidos por essa lei, é cabível a cobrança de taxas, salvo nos casos em que a legislação estabelece a gratuidade.

II - Terceiros que não tenham iniciado o processo, mas que possuam interesses passíveis de serem afetados pela decisão a ser adotada, também são considerados legitimados para atuar no processo administrativo.

III - Nos casos em que a legislação não determinar a autoridade competente para apreciação do requerimento, esse deverá ser interposto perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, apenas.
- e) II, apenas.

46. A respeito da Administração Pública, analise as afirmativas abaixo, classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F) . Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

() O servidor público não estável que adere a movimento grevista poderá ser exonerado, mediante avaliação do estágio probatório, por considerar este ato um fato desabonador à conduta do avaliado.

() No caso de o servidor acumular um cargo científico com um cargo de professor, o teto remuneratório é considerado em relação ao somatório do que recebido.

() A Constituição Federal determina a obrigatoriedade de licitação aos entes federativos. A mesma regra não se aplica às entidades privadas que atuam em colaboração com a administração pública.

() Os servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão não se submetem à regra da aposentadoria compulsória.

() O edital de concurso, devidamente legal, obriga candidatos e Administração Pública.

- a) F, F, V, V, F
- b) V, F, V, V, V
- c) V, F, V, F, F
- d) V, V, F, F, V
- e) F, F, V, V, V

47. Acerca da invalidação de um ato administrativo vinculado, praticado por um Delegado de Polícia do Rio de Janeiro, é correto afirmar que, em regra, o ato pode ser

a) revogado, por questão de mérito administrativo, pelo Poder Judiciário, ou anulado, por vício de legalidade, pelo Poder Legislativo.

b) invalidado e revogado por questão de mérito e de legalidade, respectivamente, pelo próprio Poder Executivo e pelo Poder Judiciário.

c) revogado e anulado por questão de mérito e legalidade, respectivamente, pelos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

d) invalidado e revogado, por questão de mérito e de legalidade, respectivamente, somente pelo próprio Poder Executivo.

e) invalidado, por vício de legalidade, pelo próprio Poder Executivo e pelo Poder Judiciário.

48. Acerca dos atos administrativos, é correto afirmar que a convalidação do ato:

a) produz efeitos apenas ex nunc, ou seja, a partir do momento em que o vício foi sanado, não podendo retroagir em seus efeitos ao momento em que foi praticado o ato originariamente;

b) é o processo de que se vale a Administração para aproveitar atos administrativos com vícios superáveis ou sanáveis, de forma a confirmá-los no todo ou em parte;

c) ocorre quando a autoridade competente ratifica um ato praticado indevidamente por agente administrativo sem poderes para tal, aproveitando necessariamente todo o ato;

d) pressupõe a retificação de vícios sanáveis e necessariamente ocorre sobre todo o ato, não podendo ocorrer convalidação parcial, hipótese em que somente caberia a invalidação do ato e edição de um novo;

e) pode recair sobre todo e qualquer vício do ato, desde que seja realizada por autoridade competente, no regular exercício de seu poder discricionário.

49. Um particular construiu irregularmente, sem obter qualquer licença para tal e ao arrepio dos ditames legais sobre a matéria, um muro que se iniciou nos limites de sua propriedade e se estendeu para a calçada, ocupando parte de área pública, com risco iminente de desabamento e dificultando o tráfego de pedestres.

O poder público, observadas as formalidades legais, utilizando sua prerrogativa de direito público que, calcada na lei, lhe autoriza a restringir o uso e o gozo da propriedade privada em favor do interesse da coletividade, determinou a demolição da obra.

O poder administrativo que fundamentou a demolição e o atributo do ato administrativo que fez valer tal decisão sem necessidade de prévia

intervenção do Poder Judiciário, são denominados, respectivamente,

a) normativo e coercibilidade.

b) de polícia e autoaplicabilidade.

c) de polícia e autoexecutoriedade.

d) sancionatório e imperatividade

e) de polícia e coercibilidade.

50. No que concerne às Agências Reguladoras, importantes entidades criadas para fiscalizar e regular serviços de determinados setores econômicos, assinale a afirmativa incorreta.

a) As agências devem ter necessariamente personalidade jurídica de direito público, dotadas de independência administrativa e autonomia financeira.

b) Seus dirigentes devem possuir mandatos fixos, sendo estritamente vedada a possibilidade de exoneração ad nutum.

c) As agências são autarquias ou fundações públicas que celebraram contrato de gestão com o Poder Público.

d) Seus atos não podem ser revistos ou alterados pelo Poder Executivo, apenas pelo Judiciário, devendo, no entanto, agir conforme suas finalidades específicas.

e) As agências podem existir tanto em âmbito federal quanto estadual e municipal, desde que criadas por lei.

51. Sobre a descentralização por colaboração, assinale a afirmativa correta.

a) Ocorre quando a Administração atribui, por meio de lei, atribuições próprias a um ente administrativo descentralizado.

b) Ocorre quando a Administração Pública transfere, por contrato ou ato administrativo unilateral, a execução de serviço público a uma pessoa jurídica de direito privado.

c) Ocorre quando é outorgada a outros órgãos funções de determinada entidade administrativa, visando ao aumento de eficiência.

d) Ocorre quando a Lei específica cede a titularidade de serviço público a uma pessoa jurídica do direito público, sem que o cedente interfira nas atividades.

e) Ocorre quando as organizações paraestatais celebram ajuste com a Administração Pública por termo cooperação e se tornam parte da administração indireta.

52. Serviço público é toda atividade executada de forma direta ou indireta pelo Estado e usufruída pelos cidadãos, gozando de prerrogativas decorrentes da supremacia do interesse público. Dentre os princípios específicos do serviço público, o ordenamento jurídico estabeleceu o da:

a) modicidade das tarifas, segundo o qual o serviço público deve ser prestado aos hipossuficientes de forma gratuita e universal;

b) pessoalidade, segundo o qual o serviço público deve ser prestado em benefício a um círculo social previamente definido em lei;

c) continuidade, segundo o qual o serviço público, em regra, não deve sofrer interrupções e deve ser prestado de forma permanente;

d) isonomia formal, segundo o qual o preço público cobrado para prestação do serviço deve ter valor progressivo, de acordo com a capacidade contributiva do usuário;

e) onerosidade, segundo o qual o serviço público é remunerado mediante tarifa e, em caso de inadimplemento do usuário, pode ser suspenso independentemente de aviso prévio.

53. O Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua Secretaria Estadual de Meio Ambiente, exerce o controle finalístico sobre a autarquia estadual de meio ambiente, para verificar se a entidade está cumprindo as disposições definidas na lei específica que a criou.

A hipótese em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, trata do controle por

a) subordinação, eis que praticado por autoridade hierarquicamente superior, entre órgãos e agentes de uma mesma pessoa jurídica da Administração Pública.

b) legalidade, eis que praticado por autoridade hierarquicamente superior, entre órgãos e agentes de uma mesma pessoa jurídica da Administração Pública.

c) hierarquia, eis que praticado pela Administração Direta sobre uma entidade centralizada, que tem a obrigação de prestar contas sobre o cumprimento de suas obrigações estatutárias.

d) vinculação, eis que praticado pela Administração Direta sobre uma entidade descentralizada, não se caracterizando como subordinação hierárquica, mas tão somente uma espécie de supervisão.

e) extensão, eis que praticado pela Administração Direta sobre a Indireta, mediante controle externo exercido por um poder em relação aos atos administrativos praticados por outro poder do Estado.

54. Levando em consideração as disposições da Lei Nº 5.427, de 01 de abril de 2009, que trata do processo administrativo no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa que demonstra uma hipótese de suspeição da autoridade competente responsável pela condução de determinado processo administrativo.

a) tenha interesse indireto na solução do processo.

b) seja amigo íntimo de sobrinho de algum dos interessados no processo.

c) seja tio de algum dos interessados no processo.

d) sua esposa tenha atuado como perita no processo.

e) esteja litigando judicialmente contra algum dos interessados no processo.

55. Conforme regras traçadas no estatuto dos policiais do Estado do Rio de Janeiro, analise os próximos itens.

I – São considerados policiais civis os funcionários legalmente investidos em cargos de provimento efetivo do quadro do serviço policial civil.

II – A função policial é atividade embasada na hierarquia e disciplina, sendo, como regra geral, incompatível com qualquer outra atividade.

III – O servidor regido por esse estatuto que causar dano à Fazenda Estadual e não possuir bens para arcar com a indenização devida, poderá sofrer desconto mensais em seus recebimentos, que não poderão exceder o percentual 20% do seu vencimento ou remuneração.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) I, apenas.

56. Nos termos do Decreto Estadual 3.044/80, que trata dos policiais do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa que elenca uma transgressão disciplinar classificada como de natureza grave.

- a) insubordinar-se ou desrespeitar superior hierárquico.
- b) falta de assiduidade ou impontualidade habituais.
- c) deixar, sem justa causa, de submeter-se à inspeção médica determinada em lei ou por autoridade competente.
- d) valer-se do cargo com o fim ostensivo ou velado de obter proveito de natureza político partidária, para si ou para outrem.
- e) coagir ou aliciar subordinados com objetivos político-partidários.

57. De acordo com regras elencadas no Decreto Estadual 3.044/80, que trata dos policiais do Estado do Rio de Janeiro, são requisitos para ingresso em cargos de provimento efetivos, dentre outros, os seguintes:

I - nacionalidade brasileira originária

II – gozo dos direitos políticos, comprovado através de documento fornecido pelas entidades públicas, responsáveis pelo controle desses direitos;

III - certificado expedido por repartição militar competente e título eleitoral que comprovem, respectivamente, a quitação das obrigações militares e eleitorais;

IV - habilitação prévia, em concurso público de provas ou de prova e títulos, realizada na Academia de Polícia;

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II, III e IV.
- b) II, III e IV.
- c) II e IV.
- d) I e III.
- e) II e III.

58. Em matéria de uma hipotética celebração de contrato administrativo por determinado órgão público sem realização de prévio procedimento licitatório, de acordo com a Lei nº 8.666/93, aplicar-se-ia a inexigibilidade de licitação para

- a) contratação nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- b) compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, com valor compatível com o preço de mercado.

c) contratação de serviços técnicos de auditorias financeiras ou tributárias de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

d) fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.

e) contratação de instituição para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração e de edições técnicas oficiais.

59. Acerca do prazo de vigência, a Lei nº 8.666/1993 – Lei de Licitações e Contratos – estatui que os contratos administrativos

a) não são prorrogáveis; apenas os contratos privados celebrados pela Administração permitem prorrogação.

b) de natureza emergencial celebrados com dispensa de licitação têm vigência limitada a cento e oitenta dias, podendo ser prorrogados uma única vez.

c) de prestação de serviços a serem executados de forma contínua podem ter duração indeterminada.

d) de aluguel de equipamentos e de utilização de programas de informática podem vigorar por até setenta e dois meses, contados do início da vigência do contrato.

e) relativos a projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual podem ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório.

60. Mares e rios, terrenos e edifícios destinados aos serviços da Administração pública são exemplos de bens públicos, respectivamente,

a) de uso especial.

b) de uso comum do povo e dominicais.

c) de uso comum do povo.

d) dominicais.

e) de uso comum do povo e de uso especial.

DIREITO CONSTITUCIONAL

61. O poder dos Estados, unidades da federação, de elaborar suas próprias constituições é chamado de:

a) Reformador.

b) Revisor.

c) Subsidiário.

d) Decorrente.

e) Complementar.

62. Sobre poder constituinte derivado, assinale a alternativa correta:

a) É possível alterar o poder constituinte originário.

b) Permite emendar a Constituição Federal, respeitadas as limitações constitucionais.

c) Permite emendar a Constituição Federal, em todos os seus pontos pois se trata de poder autorizado pela própria CF 1988.

d) É limitado e incondicionado.

e) Não é poder de direito. Deriva de uma condição natural do homem e de sua forma de organização em sociedade.

63. Com base nos conhecimentos a respeito da segurança pública, é correto afirmar que:

a) Cabe às polícias civis a apuração de infrações penais contra a ordem pública e social.

b) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

c) Por se tratar de atividade essencial, deve-se respeitar a presença de 30% do efetivo em atividade das polícias civis quando estiverem exercendo greve.

d) O delegado de polícia, para chefiar a Polícia Civil do Estado, segundo a jurisprudência do STF, deve estar na última classe da carreira.

e) Os policiais civis não são remunerados por subsídio fixo, podendo receber acréscimos na remuneração a depender do tipo de atividade que desempenhe.

64. A respeito das CPIs, assinale a alternativa verdadeira:

a) Podem decretar diretamente medidas que estão sujeitas a reserva de jurisdição, a exemplo da interceptação das comunicações telefônicas.

b) A criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito depende de autorização da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

c) As CPIs podem determinar diretamente medidas de arresto e sequestro de bens de investigados, quando forem convenientes ao resultado útil das investigações.

d) As CPIs têm poderes para quebrar sigilo de dados telefônicos.

e) Não possuem prazo definido para conclusão dos trabalhos.

65. Sobre Nacionalidade na Constituição Federal de 1988 e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa verdadeira:

a) São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

b) Para aquisição da nacionalidade originária, os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira devem ser registrados na repartição brasileira competente e venham residir na República Federativa do Brasil depois de atingida a maioridade.

c) A Constituição Federal não estabelece distinções entre brasileiros natos e naturalizados.

d) O Brasil adotou como regra o critério territorial (“ius soli”) para definir seus nacionais originários.

e) Em qualquer hipótese, aquele que adquirir outra nacionalidade, perderá a nacionalidade brasileira.

66. Sobre a intervenção federal, assinale a alternativa verdadeira:

a) Compete privativamente ao Presidente da República decretar e executar a intervenção federal.

b) A invasão de um Estado-membro por outro não configura hipótese de intervenção federal.

c) Nos casos de intervenção federal, o Presidente da República está vinculado ao parecer exarado pelo Conselho da República e pelo Conselho de Defesa Nacional.

d) O Presidente da República poderá emendar a Constituição Federal durante a vigência da intervenção federal.

e) A intervenção não pode ser utilizada em casos que os municípios deixem de pagar dívidas fundadas ou não realizarem prestações de contas.

67. Sobre os princípios de interpretação constitucional, assinale a alternativa FALSA:

a) O princípio da interpretação efetiva orienta o intérprete a atribuir às normas constitucionais o sentido que lhe dê sua máxima efetividade.

b) O princípio da força normativa da constituição prevê que a Constituição possui força normativa que possibilite impor seus comandos.

c) O princípio da presunção de constitucionalidade das leis prevê que as leis ordinárias federais, por derivarem de um processo legislativo constitucional, possuem presunção absoluta de constitucionalidade.

d) O princípio da unidade da Constituição prevê que a o seu texto deve ser interpretado de modo a evitar contradições entre as suas normas.

e) O Princípio da conformidade funcional visa evitar a usurpação de um poder pelo outro na medida em que estabelece limites funcionais a cada poder.

68. Sobre o habeas corpus, assinale a alternativa FALSA:

- a) Não cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa.
- b) Não cabe habeas corpus quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- c) O habeas corpus é remédio constitucional que pode ter natureza preventiva (salvo-conduto) ou repressiva.
- d) O habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, não sendo peça exclusiva de advogado.
- e) Cabe habeas corpus para se discutir o mérito de punições disciplinares militares.

69. A respeito do mandado de segurança, assinale a alternativa verdadeira:

- a) É alternativo ao habeas corpus. Ou seja, é facultado ao impetrante valer-se do mandado de segurança ou do habeas corpus para proteger o direito de locomoção.
- b) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende de autorização destes.
- c) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 60 (sessenta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- d) É cabível mandado de segurança contra decisão transitado em julgado.
- e) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.

70. A respeito do Controle de Constitucionalidade, assinale a alternativa verdadeira:

- a) Deputado federal e senadores são autoridades que possuem legitimidade para propor individualmente ADI.
- b) A superveniência de uma Constituição, segundo o STF, torna inconstitucionais os atos estatais a ela anteriores que sejam materialmente incompatíveis.

c) O STF reconhece, por meio de mutação constitucional, que ao Senado Federal cabe apenas dar publicidades às decisões de inconstitucionalidade declaradas incidentalmente pela STF.

d) O CNMP possui atribuição para exercer o controle de constitucionalidade em caráter abstrato.

e) A súmula vinculante será aprovada por maioria absoluta dos membros do STF.

71. Com base na Constituição Federal de 1988, qual o prazo comunicar ao juiz e à família do preso (ou pessoa por ele indicada) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre?

- a) Imediatamente
- b) 24 horas
- c) 48 horas
- d) 10 dias
- e) 15 dias

72. Segundo o texto da Constituição Federal, assinale a alternativa FALSA:

- a) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- b) A prisão ilegal será relaxada pela autoridade judiciária no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- c) Conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- d) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- e) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

73. Segundo o texto da CF/88 - São condições de elegibilidade, na forma da lei, EXCETO:

- a) O alistamento eleitoral.
- b) O pleno exercício dos direitos políticos.
- c) O domicílio eleitoral na circunscrição.
- d) A filiação partidária.
- e) Ser brasileiro nato.

74. A respeito da idade mínima para se candidatar a cargos políticos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) 35 anos para Presidente.
- b) 30 anos para Governador, Vice-Governador e Senador.
- c) 21 anos para deputado federal e deputado estadual.
- d) 18 anos para vereador.
- e) 21 anos para prefeito e vice-prefeito.

75. Não é competência exclusiva do Congresso Nacional:

- a) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- b) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- c) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- d) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;
- e) escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União

76. De acordo com a CF/88 e com a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa verdadeira:

- a) O atendimento em creche e o acesso à unidades de pré-escola à criança menor de 05 (cinco) anos de idade não podem fundar-se em

juízo de simples conveniência ou de mera oportunidade.

b) A seguridade social, por se tratar de direito que abrange uma coletividade de pessoas, deverá ser financiada de forma indireta.

c) Uma das diretrizes do sistema único de saúde é ser centralizado, com uma direção única em cada esfera de governo.

d) A União aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 10%.

77. Sobre o constitucionalismo, assinale a alternativa FALSA:

a) O constitucionalismo antigo se desenvolveu por toda antiguidade clássica ganhando destaque na Grécia com a ideia de democracia direta.

b) O constitucionalismo medieval foi marcado, dentre outras manifestações, pelo acordo escrito entre Rei e Nobreza visando garantir e proteger a propriedade privada.

c) As ideias iluministas e as revoluções liberais do Século XVIII, a exemplo da revolução francesa e da revolução americana, marcaram o constitucionalismo moderno.

d) O neoconstitucionalismo nasceu na Europa em contexto de pós-segunda guerra mundial e visou resgatar a ideia do positivismo jurídico que fora perdida.

e) A ideia de transconstitucionalismo surgiu para dar solução a problemas surgidos nos últimos anos que necessitam de uma solução conjunta entre os Estados.

78. Com base na Constituição Federal de 1988 e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa VERDADEIRA:

a) Segundo o texto constitucional, deputados federais e senadores com representação no Congresso Nacional podem propor ação direta de inconstitucionalidade (ADI).

b) É possível celebrar acordo no bojo de uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).

c) Quando o STF apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador Geral de República, que defenderá o ato ou texto impugnado.

d) Compete ao STJ julgar ação direta de constitucionalidade (ADC) de lei ou ato normativo federal.

e) Compete ao STJ julgar arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da CF/88.

79. Sobre a eficácia das normas constitucionais, assinale a alternativa verdadeira:

a) As normas constitucionais de eficácia plena possuem aplicabilidade imediata e indireta, ou seja, dependem de norma regulamentadora.

b) As normas constitucionais de eficácia limitada, antes de sua regulamentação, não geram efeitos jurídicos.

c) Normas constitucionais programáticas são normas de eficácia plena e possuem aplicação imediata em relação aos fins sociais do Estado.

d) Normas constitucionais de eficácia contida possuem aplicabilidade direta, imediata e integral.

e) As normas constitucionais de eficácia plena possuem aplicabilidade imediata, direta e integral. Ou seja, desde sua entrada em vigor incidem direta e imediatamente, independentemente de integração legislativa.

80. Com base nas gerações/dimensões dos direitos fundamentais, assinale a alternativa que retrata direitos fundamentais de terceira dimensão:

a) Direito à saúde e educação.

b) Direito à propriedade privada e a intimidade.

c) Direitos à paz.

d) Direito relacionados à biotecnologia.

e) Direitos de solidariedade e fraternidade.

DIREITO CIVIL

81. Com relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta:

a) São absolutamente incapazes aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.

b) Pode ser declarada a morte presumida, com decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.

c) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do concepturo.

d) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

e) Far-se-á averbação em registro público da sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

82. A pessoa jurídica A, com sede na Capital do estado em que fica situada, e com diversas filiais em municípios do interior do mesmo estado, contratou com o mercadinho B o fornecimento de material de experiente, porém não pagou pela mercadoria. O mercadinho B, desejando ajuizar ação no domicílio de A, deverá demandar:

- a) Na Capital do estado somente, uma vez que nela está a sede da empresa.
- b) Em qualquer comarca, nos municípios em que A possui estabelecimento.
- c) Na comarca situada no município em que o contrato foi celebrado.
- d) Na comarca a que pertencer o município em que se encontra o principal estabelecimento de A.
- e) Na comarca a que pertencer o município em que funcione a sua administração.

83. Com relação às obrigações solidárias, é correto afirmar:

- a) Na solidariedade passiva, cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
- b) Na solidariedade passiva, credor pode renunciar à solidariedade em favor de um, de alguns ou de todos os devedores. Contudo, se o credor exonerar da solidariedade um ou mais devedores, não subsistirá a dos demais.
- c) Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional, estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, poderá agravar a posição dos outros, ainda que sem consentimento destes.
- d) Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, mais perdas e danos.
- e) O julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais, mas o julgamento favorável aproveita-lhes, sem prejuízo de exceção pessoal que o devedor tenha direito de invocar em relação a qualquer deles.

84. A sub-rogação opera-se, de pleno direito, em favor:

- a) do devedor que contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.
- b) do novo devedor que sucede ao antigo, ficando este quite com o credor.
- c) do adquirente do imóvel hipotecado, que paga a credor hipotecário, bem como do terceiro que efetiva o pagamento para não ser privado de direito sobre imóvel;
- d) do outro credor que é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este, em virtude de obrigação nova.
- e) do credor que consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.

85. Assinale a alternativa que contraria o entendimento jurisprudencial acerca da responsabilidade civil.

- a) A ausência de registro da transferência implica a responsabilidade do antigo proprietário por dano resultante de acidente que envolva o veículo alienado.
- b) Em caso de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso.
- c) Nas indenizações por ato ilícito, os juros compostos somente são devidos por aquele que praticou o crime.
- d) A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento.
- e) São civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação.

86. São direitos reais, exceto:

- a) a anticrese, a propriedade, a superfície, o usufruto, a concessão de uso especial para fins de moradia e a laje.
- b) a propriedade, a superfície, as servidões e o usufruto.
- c) o direito do promitente comprador do imóvel, o usufruto, a propriedade, a superfície, a anticrese, o uso e a habitação.
- d) o penhor, a hipoteca, a concessão de uso especial para fins de moradia e a concessão de direito real de uso.
- e) as servidões, o usufruto, o uso, a tradição e a habitação.

87. João vivia há 12 anos em imóvel urbano de 200 m², o qual não possui registro imobiliário, tendo lá construído sua moradia e estabelecido um pequeno comércio de venda de frutas e verduras. A administração pública, em consulta ao cartório de registro de imobiliário, verificou o fato e ajuizou ação alegando que o imóvel em que João residia era considerado terra devoluta, em razão da inexistência de registro. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) João não preenche os requisitos para a aquisição da propriedade pela usucapião, sendo o imóvel de titularidade do Estado.
- b) João adquirirá a propriedade através da usucapião ordinária, e a inexistência de registro imobiliário não induz presunção de que o imóvel seja público, cabendo ao Estado provar a titularidade do terreno.
- c) João preenche os requisitos para a aquisição da propriedade pela usucapião extraordinária comum, mas a inexistência de registro imobiliário induz presunção de que o imóvel seja público, constituindo terra devoluta.
- d) João preenche os requisitos para a aquisição da propriedade pela usucapião extraordinária com função social, e a inexistência de registro imobiliário não induz presunção de que o imóvel seja público, cabendo ao Estado provar a titularidade do terreno.
- e) João preenche os requisitos para a aquisição da propriedade pela usucapião extraordinária

com função social, mas a inexistência de registro imobiliário induz presunção de que o imóvel seja público, constituindo terra devoluta.

88. Nos termos da legislação civil, perderá, por ato judicial, o poder familiar aquele que:

- a) praticar contra filho ou filha, crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de detenção.
- b) praticar contra parente, até o quarto grau, inclusive, homicídio.
- c) praticar contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar lesão corporal de natureza leve.
- d) praticar contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar homicídio, doloso ou culposo, envolvendo violência doméstica e familiar.
- e) praticar atos contrários à moral e aos bons costumes.

89. Dona Anastácia, viúva, com 75 anos de idade, não possui bens, nem mais pode prover, pelo seu trabalho, o próprio sustento. Ela possui como parentes o filho da irmã de sua falecida mãe, Pedrinho, e a filha de uma sobrinha, Emília, ambos empregados e com boas condições financeiras. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) Dona Anastácia não poderá exigir prestação alimentar de nenhum deles.
- b) Dona Anastácia poderá exigir prestação alimentar apenas de Pedrinho.
- c) Dona Anastácia poderá exigir prestação alimentar apenas de Emília.
- d) Dona Anastácia poderá exigir prestação alimentar de Pedrinho e Emília, em solidariedade.
- e) Dona Anastácia poderá exigir prestação alimentar de Pedrinho e Emília, podendo escolher apenas um deles.

90. Com relação à partilha, assinale a alternativa correta:

a) O herdeiro pode sempre requerer a partilha, ainda que o testador o proíba, mas não o pode seus cessionários e credores.

b) Os bens insuscetíveis de divisão cômoda, que não couberem na meação do cônjuge sobrevivente ou no quinhão de um só herdeiro, deverão ser partilhados conforme o acordado por todos.

c) Ficam sujeitos a alienação judicial os bens sonegados e quaisquer outros bens da herança de que se tiver ciência após a partilha.

d) Se os herdeiros forem capazes, poderão fazer partilha amigável, por escritura pública, termo nos autos do inventário, ou escrito particular, homologado pelo juiz.

e) Extingue-se em quatro anos o direito de anular a partilha.

c) nos estrangulamentos, os sinais são constituídos de equimose facial associada a marcas ungueais, os quais permitem a identificação do agressor.

d) uma suspensão incompleta, num caso de enforcamento, aponta, direta e inquestionavelmente, para um homicídio por execução da vítima.

e) a esganadura só ocorre na forma dolosa, uma vez que as formas acidental e culposa são afastadas pelo mecanismo de ação empregado

93. A traumatologia forense estuda aspectos médico-jurídicos das lesões, dentre as quais a lesão ou espectro equimótico. A equimose pode ser definida como a infiltração e coagulação do sangue extravasado nas malhas dos tecidos, sem ruptura deles. O sangue hemorrágico infiltra-se nos tecidos originando a equimose.

A respeito dessas lesões, assinale a alternativa correta.

a) Sugilação é o termo que define um aglomerado de petéquias.

b) As formas de equimose são variadas, por isso as chamadas víbices são aquelas ocorrentes em ampla área de efusão sanguínea.

c) O estudo das equimoses não é considerado para análise das contusões.

d) Com base no espectro equimótico de Legrand du Saulle, uma lesão ocorrida há 8 dias apresenta coloração vermelha.

e) Em medicina legal, pode-se afirmar que hematoma é sinônimo de equimose .

MEDICINA LEGAL

91. Dentro das diversas áreas da Medicina Legal, pode-se dizer que a pesquisa da reação de natureza vital nas vítimas é abordada de modo mais específico na

a) Vitimologia.

b) Infortunística.

c) Tanatologia.

d) Traumatologia.

e) Criminalística.

92. As asfixias mecânicas se enquadram na categoria dos traumas de natureza fisicoquímica. Nos casos das constrições cervicais – enforcamento, estrangulamento e esganadura – as asfixias demonstram sinais característicos que as diferenciam entre si. Nesse sentido, verifica-se o seguinte:

a) num enforcamento, diferentemente de um estrangulamento, é possível reconhecer o material empregado no laço, a partir da marca deixada na pele.

b) dentre as asfixias por constrição cervical, a mais rápida delas em termos de ocorrência da morte é representada pelo estrangulamento.

94. Em relação aos mecanismos de ação dos agentes, é INCORRETO afirmar que:

- a) Os agentes contundentes atuam por choque, pressão ou deslizamento no contato com a superfície plana, como regra.
- b) Os agentes perfurantes atuam por pressão em um ponto de contato, rompendo as fibras e causando danos internos bem maiores do que o pequeno orifício de entrada.
- c) Os agentes perfurocortantes onde além da perfuração, por pressão, ocorre ação lateral, resultando corte.
- d) Os agentes perfurocontudentes onde a lesão acontece mais pelo peso e força com que eles são usados do que pelo deslizamento do gume.
- e) Os agentes cortantes atuam em contato com o corpo, que se dá por uma linha do gume, cortam por deslizamento e pressão, geralmente sem maior profundidade.

95. A ordem das lesões que se cruzam e são produzidas por ação cortante decorrente de armas brancas pode ser observada através do sinal de:

- a) Richter.
- b) Legrand Du Saulle.
- c) Knight.
- d) Simonin.
- e) Chavigny.

96. A perícia de necropsia encontra uma ferida perfuro-contusa, com orifício de forma elíptica, de 7 milímetros de extensão, com presença de zona de queimadura, situada na região ventral. A partir dessas informações, é possível afirmar que a lesão corresponde a orifício de:

- a) Entrada de projétil de arma de fogo, tiro bem próximo ou encostado.
- b) Saída de projétil de arma de fogo, tiro à distância.
- c) Entrada de projétil de arma de fogo, tiro à distância.

d) Saída de projétil de arma de fogo, tiro a curta distância.

e) Saída de projétil de arma de fogo, sem que se possa precisar a distância do tiro.

97. Os fenômenos abióticos, também chamados de avitais ou vitais negativos, se dividem em: imediatos, que são aqueles que se apresentam devido à cessação das funções vitais; e os consecutivos (mediatos), que surgem em decorrência da instalação dos fenômenos cadavéricos, e são de origem química, física e estrutural. Assinale a alternativa que contém um fenômeno abiótico imediato:

- a) Algor mortis.
- b) Perda do tônus muscular.
- c) Rigor mortis.
- d) Livor mortis.
- e) Desidratação cadavérica.

98. Pode-se dizer sobre os peritos não oficiais:

- a) Não prestam compromisso legal para atuarem.
- b) Não podem atuar “ad hoc”.
- c) São exigidos dois peritos.
- d) São concursados.
- e) Exige-se formação médica.

99. No processo de putrefação do cadáver se sucedem as seguintes fases, pela ordem:

- a) Gasosa, cromática, coliquativa e de esqueletização
- b) Cromática, gasosa, coliquativa e de esqueletização.
- c) Cromática, coliquativa, gasosa e de esqueletização.
- d) Coliquativa, cromática, gasosa e de esqueletização.
- e) Gasosa, cromática, esqueletização e coliquativa.

100. Em relação às asfixias, assinale a opção correta.

- a) Na sufocação por compressão do tórax, observam-se pulmões congestos e com hemorragias
- b) Nas asfixias, as ocorrências de manchas de hipóstase são raras.
- c) As equimoses das conjuntivas somente são encontradas nos casos de afogamento.
- d) A projeção da língua e a exoftalmia são achados suficientes para concluir que houve morte não natural.
- e) A parada cardíaca antecede a parada respiratória.



Estratégia

Carreira Jurídica

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-PC-RJ-Delegado-22-02-20>

Conheça nossos cursos



[Cursos Delegado da PC-RJ](#)

Estratégia
Carreira Jurídica